

## Teoria contratualista: John Locke

### Resumo

---

Em um período marcado por fortes mudanças políticas, especialmente pela formação dos Estados nacionais e pelos conflitos religiosos surgidos após a Reforma Protestante, alguns importantes filósofos, conhecidos como contratualistas, tomaram a peito a tarefa de encontrar uma nova resposta para o mais tradicional problema da filosofia política: afinal, por quê e para quê existe a autoridade do Estado? De fato, não há filósofo dedicado ao estudo do governo e das leis, desde a Grécia antiga, que não tenha se colocado diante desta pergunta e buscá-lo respondê-la. Justamente por isso, o que tornou a perspectiva contratualista interessante e inovadora não foi exatamente a questão que ela levantou, mas sim o modo como tentou resolvê-la. Criado pelo pensador britânico Thomas Hobbes, este novo método para a justificação do poder político foi tão influente que mesmo autores que criticaram duramente as ideias de Hobbes, como Locke e Rousseau, assumiram o método contratualista.

Curiosamente, o raciocínio que fundamenta a metodologia contratualista é algo bastante simples. Em primeiro lugar, se o que está em jogo é descobrir qual é a importância da ordem política, o primeiro passo é imaginar como seria a vida humana sem a política: uma condição chamada por Hobbes de **estado de natureza**. Uma vez concebido tal estado inicial pré-político, cabe entender o que levaria as pessoas deste estado de completa liberdade e ausência de leis a preferirem abandoná-lo e ingressarem no estado civil e político. Uma vez que no estado de natureza todos os homens seriam totalmente livres, o ingresso no **estado político** não poderia ser de modo algum imposto e só pode então ser compreendido como um **contrato social**, isto é, um acordo entre os indivíduos, que livremente abririam mão de sua autonomia completa a fim de constituírem o Estado. Não à toa, é por isso que a corrente iniciada por Hobbes é chamada de contratualismo: segundo esta visão, o que fundamenta e legitima o exercício do poder pelo Estado é um contrato livremente assumido pelos cidadãos em um hipotético estado de natureza. É necessário assinalar esse hipotético, pois os autores contratualistas não necessariamente se comprometem com a ideia de que este acordo foi literal e histórico. Para muitos, o contrato não passa de uma metáfora.

### O contratualismo de Locke

Tal como Thomas Hobbes, John Locke também acreditava que a única maneira efetivamente razoável de justificar a existência do poder político seria através da metodologia contratualista. No entanto, diferente de seu predecessor, Locke não tinha uma visão tão pessimista da natureza humana. Esta divergência básica, por sua vez, levou a outras maiores e mais relevantes, fazendo com que Locke defendesse um ideal de governo diretamente oposto àquele que Hobbes defendeu: enquanto o segundo foi

um célebre advogado do absolutismo monárquico, Locke é considerado o **pai do liberalismo político**, uma concepção que vê na garantia da liberdade o papel central do governo.

Antes de tudo, Locke discordava radicalmente da ideia de que o homem é basicamente um ser egoísta. De fato, ele não negava que somos autointeressados e buscamos a satisfação de nossos desejos, porém afirmava também que todos nós temos certo senso moral, certas noções elementares de certo e errado que nos impedem de agir de modo totalmente impulsivo. Com efeito, segundo Locke, o estado de natureza é um estado sem lei política, mas não é um estado absolutamente sem lei: vigora nele a lei moral racional, chamada por ele de **lei da natureza**, a qual nos indica o que é certo e errado independentemente da lei estabelecida pelo Estado. Com efeito, já no estado de natureza, os homens são capazes de perceber pela razão que são iguais e que, portanto, devem tratar-se de modo igualitário: é a igualdade essencial de todos os homens que exige um respeito igual de uns para com os outros. Por sua vez, também segundo Locke, da lei natural se derivam **direitos naturais**, isto é, certos bens básicos que todo ser humano merece ter reconhecidos. Tais direitos (embrião da ideia futura de direitos humanos), segundo Locke, são três: **o direito à vida, à liberdade e à propriedade privada**. Sua decorrência da lei natural seria nítida: se todos os homens são iguais, um não tem direito a tomar a vida do outro; se todos os homens são iguais, um não tem direito a se impor sobre a liberdade do outro; se todos os homens são iguais, ninguém tem direito a tomar para si aquilo que o outro adquiriu com seu trabalho. Vê-se assim que o trabalho seria o fundamento do direito à propriedade privada e que todos os três direitos se reduzem à defesa da liberdade do indivíduo frente aos demais.

Ora, mas se o estado de natureza não é um conflito generalizado como pensava Hobbes, o que então, segundo Locke, levaria as pessoas a livremente abandoná-lo e ingressarem no estado político? Se já há uma lei moral racional que limita os impulsos egoístas do homem, qual seria o problema presente do estado de natureza a ser resolvido pelo Estado? Simples: o estado de natureza não seria um estado de guerra e o senso moral dos próprios homens evitaria nele muitos conflitos. Entretanto, não se pode negar que esses conflitos ocorreriam eventualmente e aí é que está o problema. Com efeito, apesar de possuir uma lei moral que o regule, o estado de natureza não possui uma autoridade para aplicar essa lei. Assim, quando os conflitos surgem no estado de natureza, apesar de eles não serem tão comuns como pensava Hobbes, o problema é que não há uma autoridade superior a quem os homens possam apelar e, portanto, todos os homens são juízes da lei natural. A falta dessa autoridade comum é que levaria os homens a decidirem ingressar no estado político mediante um contrato social. De fato, sem uma instituição a zelar pela justiça, os homens possuem direitos no estado de natureza, mas o aproveitamento desses direitos é incerto.

Por sua vez, uma vez que a função do contrato social lockeano não é garantir a paz, mas sim garantir uma mais eficiente aplicação da justiça da lei da natureza e um mais seguro uso dos direitos naturais, tal contrato não implica, segundo o filósofo, a renúncia completa da liberdade. Ao contrário, como o papel do governo não é tanto manter a ordem, mas sim garantir os direitos básicos, seu poder não deve ser absoluto, mas sim limitado. A lei civil deve apenas exprimir e garantir a perfeita execução da lei natural e dos direitos básicos.

Inclusive, para Locke, caso o governo não cumpra com seu papel e viole a lei moral e os direitos naturais, o povo tem o direito e mesmo o deve de se rebelar, afinal, um contrato quebrado não tem mais qualquer valor.

---

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

## Exercícios

---

1. De acordo com a historiadora Maria Lúcia de Arruda Aranha, a Revolução Francesa derrubou o antigo regime, ou seja, o absolutismo real fundamentado no direito divino dos reis, derivado da concepção teocrática do poder. O término do antigo regime se consuma quando a teoria política consagra a propriedade privada como direito natural dos indivíduos.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: Introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2003.

Esse princípio político que substitui a antiga teoria do direito divino do rei intitula-se

- a) Contratualismo.
  - b) Totalitarismo.
  - c) Absolutismo.
  - d) Liberalismo.
  - e) Marxismo.
2. Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei de natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

A partir da leitura do texto acima e de acordo com o pensamento político do autor, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de servidão.
  - b) Para Locke, o direito dos homens a todas as coisas independe da conveniência de cada um.
  - c) Segundo Locke, a origem do poder político depende do estado de natureza.
  - d) Segundo Locke, a existência de permissão para agir é compatível com o estado de natureza.
3. O filósofo inglês John Locke (1632-1704) é um dos fundadores da concepção liberal da vida política. Em sua defesa da liberdade como um atributo que o homem possui desde que nasce, ele diz: "Para compreender corretamente o que é o poder político e derivá-lo a partir de sua origem, devemos considerar qual é a condição em que todos os homens se encontram segundo a natureza. E esta condição é a de completa liberdade para poder decidir suas ações e dispor de seus bens e pessoas do modo que quiserem, respeitados os limites das leis naturais, sem precisar solicitar a permissão ou de depender da vontade de qualquer outro ser humano."

Assinale o documento histórico que foi diretamente influenciado pelo pensamento de Locke.

- a) O livro "O que é a propriedade?", de Proudhon (1840)
- b) O "Manifesto Comunista", de Karl Marx e Frederico Engels (1848)
- c) A "Concordata" estabelecida entre Napoleão e o Vaticano (1801)
- d) A declaração da "Doutrina Monroe" (1823)
- e) A "Declaração de Independência" dos Estados Unidos (1776)

**Texto para a próxima questão:**

Os filósofos *contratualistas* elaboraram suas teorias sobre os fundamentos ou origens do poder do Estado a partir de alguns conceitos fundamentais tais como, a soberania, o estado de natureza, o estado civil, o estado de guerra, o pacto social etc.

4. [...] O estado de guerra é um estado de inimizade e destruição [...] nisto temos a clara diferença entre o estado de natureza e o estado de guerra, muito embora certas pessoas os tenham confundido, eles estão tão distantes um do outro [...].

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

Leia o texto acima e assinale a alternativa correta.

- a) Para Locke, o estado de natureza é um estado de destruição, inimizade, enfim uma guerra “de todos os homens contra todos os homens”.
- b) Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de guerra.
- c) Segundo Locke, para compreendermos o poder político, é necessário distinguir o estado de guerra do estado de natureza.
- d) Uma das semelhanças entre Locke e Hobbes está no fato de ambos utilizarem o conceito de estado de natureza exatamente com o mesmo significado.

5. “Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as suas posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem. [...] Estado também de igualdade, no qual é recíproco qualquer poder e jurisdição, ninguém tendo mais do que qualquer outro [...]. Contudo, embora seja um estado de liberdade, não o é de licenciosidade; apesar de ter o homem naquele estado liberdade incontável de dispor da própria pessoa e posses, não tem a de destruir-se a si mesmo ou a qualquer criatura que esteja em sua posse, senão quando uso mais nobre do que a simples conservação o exija. O estado de natureza tem uma lei de natureza para governá-lo, que a todos obriga. [...] E para impedir a todos os homens que invadam os direitos dos outros e que mutuamente se molestem, e para que se observe a lei da natureza, que importa na paz e na preservação de toda a Humanidade, põe-se, naquele estado, a execução da lei da natureza nas mãos de todos os homens, mediante a qual qualquer um tem o direito de castigar os transgressores dessa lei em tal grau que lhe impeça a violação, pois a lei da natureza seria vã, como quaisquer outras leis que digam respeito ao homem neste mundo, se não houvesse alguém nesse estado de natureza que não tivesse poder para pôr em execução aquela lei e, por esse modo, preservasse o inocente e restringisse os ofensores.” (Locke)

Considerando o texto citado, é correto afirmar, segundo a teoria política de Locke, que

- a) o estado de natureza é um estado de perfeita concórdia e absoluta paz, tendo cada indivíduo poder ilimitado para realizar suas ações como bem lhe convier, sem nenhuma restrição de qualquer lei, seja ela natural ou civil.
- b) concebido como um estado de perfeita liberdade e de igualdade, o estado de natureza é um estado de absoluta licenciosidade, dado que, nele, o homem tem a liberdade incontável para dispor, a seu bel-prazer, de sua própria pessoa e de suas posses.
- c) pela ausência de um juiz imparcial, no estado de natureza todos têm igual direito de serem executores, a seu modo, da lei da natureza, o que o caracteriza como um estado de guerra generalizada e de violência permanente.
- d) no estado de natureza, pela ausência de um juiz imparcial, todos e qualquer um, julgando em causa própria, têm o “direito de castigar os transgressores” da lei da natureza, de modo que este estado seja de relativa paz, concórdia e harmonia entre todos.
- e) no estado de natureza, todos os homens permanentemente se agredem e transgridem os direitos civis dos outros.

6. Locke é um dos principais representantes do contratualismo clássico. Tem como ponto de partida de seu pensamento político o estado de natureza, de modo que, através do contrato (pacto) social, realiza-se a passagem para o Estado civil.

Assinale a alternativa que não corresponde à concepção liberal de política de Locke.

- a) O estado de natureza é um estado de guerra generalizada de todos contra todos.
- b) No estado de natureza, todos os homens são livres e iguais, tendo todos o direito à vida, à liberdade e à propriedade.
- c) O estado de natureza é um estado de relativa paz, por falta de um juiz imparcial que julgue os possíveis conflitos entre os indivíduos.
- d) O Estado civil tem sua origem e fundamento no pacto de consentimento unânime de indivíduos livres e iguais, sendo que na escolha da forma de governo segue-se o princípio da maioria.
- e) No centro do pensamento político de Locke se encontra a defesa dos direitos naturais inalienáveis do indivíduo à vida, à liberdade e à propriedade, que devem ser garantidos e protegidos pelo Estado civil.

7. Um dos aspectos mais importantes da filosofia política de John Locke é sua defesa do direito à propriedade, que ele considerava ser algo inerente à natureza humana, uma vez que o corpo é nossa primeira propriedade. De acordo com esta perspectiva, o Estado deve

- a) permitir aos seus cidadãos ter propriedade ou propriedades.
- b) garantir que todos os seus cidadãos, sem exceção, tenham alguma propriedade.
- c) garantir aos cidadãos a posse vitalícia de bens.
- d) fazer com que a propriedade seja comum a todos os cidadãos.

8. Para Locke, o estado de natureza é um estado de liberdade e de igualdade.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 83.

Com base nos conhecimentos sobre a filosofia política de Locke, assinale a alternativa correta.

- a) No estado de natureza, a liberdade dos homens consiste num poder de tudo dispor a partir da força e da argúcia.
- b) Os homens são iguais, pois todos têm o mesmo medo de morte violenta em mãos alheias.
- c) A liberdade dos homens determina que o estado de natureza é um estado de guerra de todos contra todos.
- d) A liberdade no estado de natureza não consiste em permissividade, pois ela é limitada pelo direito natural.
- e) Nunca houve na história um estado de natureza, sendo este apenas uma hipótese lógica.

9. Atente para o seguinte trecho de um artigo de jornal: “Segundo o coordenador do Setor de Ciências Naturais e Sociais da Unesco no Brasil, Fabio Eon, os direitos humanos estão sendo alvo de uma onda conservadora que trata a expressão como algo politizado. — ‘Existe hoje uma tendência a enxergar direitos humanos como algo ideológico, o que é um equívoco. Os direitos humanos não são algo da esquerda ou da direita. São de todos, independentemente de onde você nasceu ou da sua classe social. É importante enfatizar isso para frear essa onda conservadora’ — ressalta Eon, que sugere um remédio para o problema: — ‘Precisamos promover uma cultura de direitos humanos’”.

Disponível em: *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/sociedade/os-direitos-humanosnao-sao-da-esquerda-ou-da-direita-sao-de-todos-23088573>.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1948. Já a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi aprovada durante a primeira fase da Revolução Francesa, pela Assembleia Nacional Constituinte.

No que diz respeito à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, é correto afirmar que

- a) apesar de ser um documento revolucionário moderno, tem suas premissas filosóficas no pensamento político de Aristóteles.
- b) é de inspiração hobbesiana, tendo seus primórdios nos inícios do Estado moderno.
- c) é de inspiração iluminista e liberal, sob influência de grandes pensadores do século XVIII, tais como Locke e Rousseau.
- d) é de inspiração marxista, no influxo dos grandes movimentos grevistas e reivindicatórios que aconteceram na França durante o século XIX.

10. Leia o texto a seguir.

Por conseguinte, todo homem, ao consentir com outros em formar um único corpo político sob um governo único, assume a obrigação, perante todos os membros dessa sociedade, de submeter-se à determinação da maioria e acatar a decisão desta. Do contrário, esse pacto original, pelo qual ele, juntamente com outros, se incorpora a uma sociedade, não teria nenhum significado e não seria pacto algum, caso ele fosse deixado livre e sob nenhum outro vínculo além dos que tinha antes no estado de natureza.

LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 470.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o pensamento de John Locke, assinale a alternativa correta.

- a) O ser humano deve superar o estado de natureza fundando a sociedade civil e o Estado, cedendo seus direitos em prol da paz social.
- b) Os indivíduos, no estado de natureza, são juízes de si mesmos, fundam o Estado para garantir segurança e direitos individuais por meio das leis.
- c) O poder do Estado deve ser absoluto para a garantia dos direitos naturais da humanidade, como a vida, a liberdade e a propriedade.
- d) O pacto ou contrato social é o garantidor das liberdades e direitos, sendo o poder legislativo o menos importante, já que é possível sua revogação por aqueles que participam do poder executivo.
- e) O ser humano se realiza como um ser possuidor de bens, sendo sua posse o que garante tolerância religiosa, livre-iniciativa econômica e liberdade individual.



**Gabarito**

---

**1. D**

O filósofo que inaugura o conceito de propriedade privada como direito natural é John Locke. Segundo este pensador, os princípios de sua filosofia são: a liberdade (ação por deliberação pessoal, sem nenhuma influência); a propriedade privada (iniciando a partir do próprio corpo que se possui e por aquilo que se consegue pelo trabalho); e a igualdade (mesmas condições para que todos possam usufruir dos recursos e leis da natureza). Por meio destes referenciais, Locke estabelece que se vivemos em natureza e seguimos as suas leis, estas mesmas leis devem servir de modelo para a constituição do Estado. O papel do governo consiste exclusivamente em fazer respeitar o direito natural de cada indivíduo determinado em conformidade com as leis da natureza. Portanto, o governo civil é o remédio apropriado para os inconvenientes do estado de natureza que pode se tornar um estado de guerra. Ele não deve ser um ditador ou alguém que deva ser obedecido, mas alguém que administra um empreendimento social onde os interesses e liberdades individuais determinam os rumos que a sociedade deve seguir, sendo que seu poder é temporal e limitado. Daí o governo não deve estabelecer aquilo que acredita ser melhor no modo de condução, mas deve concordar em servir a um interesse maior a garantia dos direitos de igualdade, liberdade e propriedade privada. A liberdade é o fundamento da vida em sociedade, servindo como justificativa para a disposição como se aprovar da propriedade privada que os indivíduos estabelecem. Esta é garantida pela igualdade entre todos para que pela apropriação dos recursos da natureza possam adquirir condições de sobreviverem segundo a melhor maneira que lhes aprovar. Esta concepção exposta, com mínima interferência do governo nos rumos, com a valorização da liberdade e propriedade privada garantida pela igualdade é conhecida como liberal.

**2. C**

O objetivo de um governo legítimo é: 1) preservar, o quanto possível, o direito à vida, à liberdade, à saúde e à propriedade de seus cidadãos; 2) processar e punir aqueles cidadãos que violarem os direitos dos outros; 3) perseguir o bem público até nos momentos em que isto entrar em conflito com os direitos individuais. Assim, o governo provê algo não disponível no estado de natureza, a preservação dos direitos naturais através da intervenção de uma autoridade racional, isto é, um juiz imparcial para determinar a severidade do crime e definir uma punição proporcional. Esses são os motivos fundamentais porque a sociedade civil é um avanço sobre o estado de natureza.

**3. E**

A Declaração de Independência dos Estados Unidos traz consigo muitos elementos do liberalismo proposto por John Locke, o que se percebe claramente no seu segundo parágrafo. De fato, ainda hoje o ideal liberal demonstra ser uma característica bastante arraigada no pensamento político norte-americano.

**4. C**

Assim como Hobbes, o filósofo inglês John Locke também refletiu sobre a origem do poder político e sobre sua necessidade para congregar os homens, que em estado de natureza viviam isolados. Locke faz uma reflexão mais moderada que a de Hobbes no tocante ao estado de natureza o que dá como errada a questão D. Refere-se ao estado de natureza como uma condição na qual, pela falta de uma normatização geral, cada qual seria juiz de sua própria causa, o que levaria ao surgimento de problemas nas relações entre os homens, ou seja, o estado de guerra.

Para evitar este problema, o Estado seria criado e sua função seria garantir a segurança dos indivíduos e de seus direitos naturais, como o direito à vida, à liberdade, à propriedade e aos bens necessários para sua conservação garantidos pelo trabalho.

5. **D**

O texto nos oferece alguns, mas não todos os elementos para respondermos à questão. O Estado de Natureza não é um estado de absoluta licenciosidade, nem de perfeita concórdia ou perfeita paz, mas nem por isso é um estado de guerra e de transgressões. Ele é caracterizado pela ausência de um juiz parcial e, por isso, está nas mãos de todos os homens a execução das leis de toda natureza para a garantia da relativa paz e harmonia. Sendo assim, somente a alternativa [D] está correta.

6. **A**

A alternativa [A] é incorreta. Esta corresponde à visão de Thomas Hobbes a respeito do estado de natureza, e não à de John Locke, que está apresentada nas alternativas [B] e [C].

7. **A**

Na teoria liberal de John Locke, o direito natural à propriedade privada ganha importância fundamental. Esse direito deve ser garantido pelo Estado, não significando que este deva dar propriedade a todos os seus cidadãos, mas somente garantir a possibilidade de tê-las e mantê-las. Segundo essa visão liberal, é através do trabalho que o homem pode adquirir tais propriedades.

8. **D**

Somente a alternativa [D] está correta. Nas próprias palavras de Locke: *"ainda que se tratasse de um 'estado de liberdade', este não é um 'estado de permissividade': [...] O 'estado de Natureza' é regido por um direito natural que se impõe a todos, e com respeito à razão, que é este direito, toda a humanidade aprende que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve lesar o outro em sua vida, sua saúde, sua liberdade ou seus bens."* (LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994).

Vale ressaltar que para Locke o estado de natureza não é somente uma hipótese lógica, mas uma possibilidade histórica.

9. **C**

Os direitos estabelecidos como fundamentais para todos os indivíduos foram concebidos por novas correntes filosóficas surgidas no século XVIII. Estes direitos foram reconhecidos pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, no contexto da Revolução Francesa de 1789, movimento revolucionário de base liberal e iluminista. O pensamento iluminista liberal, dos quais Rousseau e Locke são importantes representantes, defende a garantia constitucional da dignidade humana, a partir da determinação de direitos invioláveis que evitariam o abuso de poder e as injustiças cometidas contra os indivíduos.

10. **B**

a) Incorreta. Para Locke, o estado de natureza é superado porque o homem em tal estado é juiz de si mesmo. Para garantir a estabilidade das relações individuais, é fundado o Estado, que garante os direitos das pessoas, bem como os seus deveres.

b) Correta. Segundo Locke, no estado de natureza, os homens pensam de maneira individualista, o que pode levar a conflitos, por isso a necessidade da fundação do Estado enquanto instância mediadora dos conflitos sociais entre os diversos grupos sociais que o constituem.

- c) Incorreta. De acordo com Locke, o Estado é a instância que garante os direitos naturais, portanto o poder não pode ser absoluto. O poder executivo deve estar subordinado ao legislativo, e o Estado existe para garantir os direitos dos indivíduos, que podem retirar do Estado tal prerrogativa, caso este não garanta direitos, como a propriedade privada, a liberdade e a sobrevivência.
- d) Incorreta. Segundo Locke, o poder legislativo é o mais importante na estrutura social. É ele que garante a liberdade e os direitos, não o poder executivo, que deve estar subordinado ao legislativo, e este último, à vontade da maioria.
- e) Incorreta. Não basta possuir bens para garantir a tolerância religiosa, a livre-iniciativa econômica e a liberdade individual sem uma legislação que os garanta. As leis podem garantir tais direitos e o direito à propriedade privada.